



**VISÃO PERIFÉRICA** A Indonésia, que terá eleições em julho e deverá ser um dos primeiros países visitados por Obama, ainda se recupera da herança do ditador; o período final de seu governo “assistiu ao surgimento de rufiões protestantes, escroques católicos e capangas mulçumanos”

## Suharto sai de cena

# Obituário de um tirano medíocre

BENEDICT ANDERSON

I. Gostaria de agradecer a meus amigos Ben Abel e Joss Wibisono pelas valiosas críticas e sugestões que me fizeram.

**O ditador Suharto e sua mulher Tien praticam tiro ao alvo em uma academia militar, enquanto o filho caçula Tommy, que depois da queda do pai seria preso por ter mandado assassinar um juiz da Suprema Corte, tapa os ouvidos**

© Larry Burrows/Time Life Pictures

Em 1971, a máquina da presidência indonésia informou ao público que Suharto e sua esposa planejavam construir um mausoléu para seus restos mortais numa crista do monte Lawu, o adormecido e sagrado vulcão de três mil metros de altura situado a leste da antiga cidade real javanesa de Surakarta.<sup>1</sup> O local havia sido cuidadosamente escolhido: em sinal de respeito, ficava alguns metros abaixo das tumbas da dinastia Mangkunegaran – o segundo em importância, tão somente, dos quatro principados de Java Central criados pela administração colonial holandesa no fim do século 18 e início do 19. A sra. Tien Suharto – então ridicularizada à boca pequena como *Tientje* (dez por cento) – reivindicava certo parentesco com a pequena dinastia que sobrevivera duramente à revolução de 1945-49. Para Suharto, que sempre enfatizou suas origens camponesas, embora corresse rumores de que seria filho ilegítimo de um magnata chinês, o monumento representava uma ascensão social – algo normal, aliás, visto que o casamento com mulheres de condição

2. “Costume institucionalizado segundo o qual, após o matrimônio, os cônjuges vão morar com a mãe da mulher, ou na mesma povoação” (Houaiss). [N. do. T.]

social superior era comum entre a oficialidade do exército nos anos 1940 e as famílias indonésias eram tradicionalmente matrilocais.<sup>2</sup> Ainda assim, a construção do inédito e caro mausoléu para os futuros defuntos tinha algo de escabroso, já que Suharto era na época um saudável cinquentão.

Visitei Surakarta na primavera de 1972, depois que as autoridades indonésias descobriram que eu havia entrado no país mediante expedientes e me avisaram que eu seria deportado. Após algumas negociações, me deram mais duas semanas para resolver assuntos pendentes e me despedir dos amigos. Ganhei a estrada em minha Vespa e fiz uma rápida parada para um lanche no alegre parque de diversões de Surakarta. Naquela época, jovens “brancos” circulando em motonetas e falando fluentemente o indonésio despertavam enorme curiosidade; assim, uma roda de populares logo se formou em torno de minha mesa. Quando o mausoléu foi mencionado na conversa, perguntei a meus novos conhecidos o que pensavam dele. Após alguns momentos de constrangedor silêncio, um velho magricela de ar inteligente respondeu, em javanês: “Parece um túmulo chinês”. Todos riram, um tanto encabulados. O velho tinha duas coisas em mente: primeiro, em contraste com a simplicidade dos túmulos muçulmanos, mesmo os de potentados, os túmulos chineses são, ou eram, tão caros e suntuosos quanto podem se permitir os desolados familiares do morto. Segundo, no período pós-colonial, muitos cemitérios chineses foram aterrados por buldôzeres para dar lugar a projetos imobiliários “de ponta” desenvolvidos pelo Estado e por corretores, especuladores e empreiteiros privados.

Durante o longo fastígio da ditadura de Suharto, dos anos 1970 ao início dos 90, três coisas se passaram com o mausoléu: foi-se enchendo pouco a pouco, até quase abarrotar, com os restos mortais da parentela para-aristocrática de Tientje, mas não com os mortos da família de Suharto; era fortemente vigiado por um destacamento de Boinas Vermelhas, as tropas paraquedistas de elite que organizaram os grandes massacres da esquerda em 1965-66; por fim, tornou-se atração turística, sobretudo para colegiais, de modo que a área estava sempre cheia de ônibus lotados de crianças e mulheres das aldeias vizinhas vendendo camisetas, bonés, lanches, bebidas e leques de bambu.

3. Walter Abish, escritor austríaco naturalizado norte-americano, ganhou o Prêmio PEN/Faulkner de Ficção em 1981, por seu livro *How German Is It* [Quão alemão é isto], de 1980. [N. do T.]

Uma coisa não aconteceu: o lugar nunca se tornou sagrado ou adquiriu poderes mágicos, nem mesmo quando Tientje foi fazer companhia a seus parentes, pouco antes da crise financeira asiática de 1997. Quando finalmente permitiram que eu retornasse ao país, em 1999, costumava ir ao local para observar o mausoléu. Já não havia paraquedistas nem ônibus de colegiais, só um punhado de vendedores ambulantes desesperados, um patético zelador e o mau cheiro de um edifício decadente, exposto por um quarto de século às monções anuais. Resta saber o que será do lugar, agora que Suharto enfim se juntou à esposa. Parafraseando Walter Abish: quão chinês é o mausoléu?<sup>3</sup>

O mausoléu constituiu a primeira versão da “morte anunciada” de Suharto. Anos mais tarde, recolhi uma variante em Jacarta, ao entrevistar um veterano comunista javanês que ocupava um alto cargo no jornal do partido, o *Harian Rakjat* (Diário do Povo), e passara uma longa temporada no sinistro *gulag* do regime. Quando a entrevista acabava, a fim de animá-lo, perguntei-lhe casualmente se achava que Suharto morreria em breve. Surtiu efeito, mas não como eu esperava. Ele abriu um largo sorriso e disse: “Que nada! Ainda vai custar muito tempo e muito sofrimento”. Como podia estar tão certo? – perguntei. Respondeu que o segredo do poder, da fortuna e da longevidade política extraordinários de Suharto estava nos *susuk* – grãosinhos de ouro puro impregnados de fórmulas mágicas – que um prestigioso xamã tinha-lhe implantado sob a pele, em vários pontos vitais. “Mas o xamã morreu faz algum tempo”, disse ele, jovialmente, enquanto seguia em frente. Segundo uma antiga crença, os *susuk* proporcionam riqueza, poder e longevidade a seus portadores. Mas há um senão: para que morram em paz e rapidamente, é preciso que eles sejam retirados e somente o xamã que os implantou pode fazer isso. Caso contrário, a morte será uma longa e arrastada agonia.

### 1. A VIDA DE SUHARTO E SEU TEMPO

Que espécie de homem era ele? Como conseguiu governar a Indonésia sem oposição significativa por mais de três décadas? Homem de origens bastante modestas, Suharto nasceu em junho de 1921, numa aldeia das cercanias de Jogjakarta, em Java Central. Aos 19 anos, quase ao mesmo tempo em que a *Wehrmacht* assolava a Holanda e a rainha Guilhermina e seu gabinete fugiam precipitadamente para Londres,

4. Sigla de *Pembela Tanah Air* [Defensores da Pátria]. O título trai as intenções japonesas de mobilizar o nacionalismo local em defesa do Império. Existe um nítido paralelo entre o Peta e o Exército pela Independência da Birmânia, criado quase à mesma época pelos japoneses como uma força de apoio contra os ingleses.

ele se alistou no Exército Colonial Holandês (KNIL). A exemplo de seus congêneres em outras colônias europeias, o KNIL fora treinado mais para reprimir rebeliões internas, mais do que para combater inimigos externos, e era estruturado racialmente: os oficiais, em sua grande maioria, eram holandeses e eurasiáticos; e os oficiais subalternos e soldados rasos, nativos de instrução limitada. O próprio Suharto não chegou a concluir o segundo grau, que cursou numa escola particular muçulmana. Em menos de dois anos, no entanto, já era sargento, a patente mais alta a que teria direito naquele período de tempo. Então, os exércitos de Hirohito invadiram as Índias Holandesas e o KNIL (à exceção de sua pequena força aérea) se rendeu praticamente sem luta. Em outubro de 1943, quando Suharto tinha apenas 22 anos, o comando japonês em Java, temendo uma invasão aliada, formou uma pequena força auxiliar, chamada Peta,<sup>4</sup> para apoiar um eventual movimento guerrilheiro de resistência. Suharto se alistou imediatamente nessa força e, em 1945, já ocupava o segundo posto mais elevado da hierarquia, o de comandante de companhia.

Após a rendição japonesa a MacArthur e a precipitada proclamação da independência da Indonésia pelos experientes políticos nacionalistas Sukarno e Hatta, criou-se um exército nacional. Ele era constituído por ex-integrantes do KNIL, do Peta e de várias organizações juvenis armadas pelos japoneses, mas os postos de comando ficaram com os oficiais do Peta. Houve, naturalmente, uma inflação de altos postos: excesso de coronéis e generais com antecedentes imediatos de tenente e sargento. Suharto não ficou para trás e, na primavera de 1946, já era tenente-coronel. Detalhe importante: o posto para o qual foi designado ficava nas imediações de Jogjakarta, transformada em capital provisória da nascente república após a tomada de Batavia-Jacarta pelos britânicos e holandeses, no início de 1946. Poucos, no exército recém-formado, haviam servido a holandeses e japoneses no curto período de seis anos, mas Suharto fora um deles e não deixaria de aproveitar essa experiência. Em 1946, aos 25 anos, já era um militar com relativa antiguidade na hierarquia.

Foi nessa altura, pode-se dizer, que começou sua carreira política. Na noite de 27 de junho de 1946, um grupo de milicianos armados indiretamente ligados à “oposição”

(coligação de nacionalistas do pré-guerra, em sua maioria ex-colaboradores dos japoneses) sequestrou o primeiro-ministro Sutan Sjahrir, um civil, acusando-o de tibieza no trato com os holandeses que regressavam. Sukarno assumiu o controle do governo e exigiu a imediata libertação de Sjahrir, o que não tardaria a ocorrer. Mas os conspiradores – apoiados abertamente pelo comandante militar de Jogjakarta e não tão abertamente pelo comandante-em-chefe das forças armadas, general Surdiman, então com 31 anos – se retiraram para o posto de comando onde estava lotado Suharto. Dali, em 3 de julho, tentaram aplicar um golpe de Estado que foi facilmente frustrado. Os civis envolvidos na conspiração foram presos (por curto período), assim como o comandante militar de Jogjakarta, mas Surdiman conseguiu evitar que as punições se estendessem a outros oficiais. Assim mesmo, o golpe poderia ter encerrado a carreira militar de Suharto, que dali em diante se mostraria bastante cauteloso.

#### ASCENSÃO AO PODER

Do outono de 1945 a janeiro de 1948, a liderança da coalizão pluripartidária que governava a Indonésia era formada por um grupo variado de socialistas e comunistas, alguns deles regressados da Holanda, onde haviam participado da resistência contra o nazismo. Eles não tinham sido “contaminados” pela colaboração com os japoneses, o que representava um trunfo tanto no plano doméstico como internacional. Como o primeiro governo holandês do pós-guerra era liderado pelos socialistas, pensava-se que poderia haver um caminho diplomático para a independência. Mas, em 1947, o gabinete holandês deu uma guinada para a direita e, em julho do mesmo ano, um ataque militar de grande envergadura contra a nova república foi desfechado com êxito, causando-lhe perdas territoriais consideráveis e dificultando suas comunicações com o resto do mundo. Em janeiro de 1948, obrigados a aceitar um acordo provisório bastante desfavorável, os comunistas e socialistas foram alijados do poder, sendo substituídos por uma coalizão de muçulmanos e “nacionalistas seculares” (burgueses e pequenos aristocratas). Ao mesmo tempo, com o advento da Guerra Fria, a esquerda se radicalizou em todo o Sudeste Asiático, trocando as vias parlamentares pelas militares para a tomada (ou retomada) do poder.

No verão de 1948, uma guerra civil entre a esquerda e seus muitos adversários, ambos os lados apoiados por unidades militares e milícias armadas, parecia iminente na Indonésia. Surdiman tentou superar a crise apontando dois mediadores: o civil Wikana, governador comunista de Java Central, e Suharto. Em 1963, entrevistei Wikana em Jogjakarta, onde se recolhera após ter sido marginalizado pelas lideranças mais jovens do partido. O gentil ex-governador, já então um senhor de idade, contou que Suharto tinha sido formidável, que não tomara partido e tudo fizera para

evitar um conflito armado entre os partidários da situação e da oposição – inutilmente. A guerra civil (travada somente em áreas sob controle republicano, em Java) foi rápida e violenta, terminando com a esmagadora derrota da esquerda. Muitos líderes foram mortos em ação ou executados depois de se renderem.

Após a transferência formal de soberania no fim de 1949, o novo membro das Nações Unidas se encontrava numa situação extremamente difícil. A economia colonial tinha sido depauperada pela ocupação japonesa e pela campanha militar contra os holandeses. As grandes mobilizações populares, iniciadas contra os japoneses e continuadas durante a “revolução”, criaram vasto contingente de pessoas que esperavam ser recompensadas por seu sacrifício. Por outro lado, a parte oriental do arquipélago, escassamente povoada, fora sucessivamente ocupada no pós-guerra pela Austrália e pela Holanda, o que dificultava o ativismo republicano ali. Ademais, o acordo entre a Holanda e a Indonésia, arbitrado pelos Estados Unidos, previa a devolução pela República de todas as propriedades pertencentes a capitalistas holandeses no período anterior à guerra. Por fim, nenhum partido político conseguiu, nem de longe, capitalizar o levante. Estabeleceu-se assim uma democracia constitucional pluripartidária, o que permitiu até mesmo aos comunistas sobreviventes reorganizar suas forças. Não havia outra alternativa, pode-se dizer, dada a geografia do país; os militares eram poderosos, mas não tinham força aérea nem nada que se assemelhasse a uma marinha.

Nesse contexto, Suharto começou a deixar sua marca, comandando um bem-sucedido ataque anfíbio contra posições pró-holandesas e outras dissidências nas ilhas Célebes. Por esse feito, foi promovido em 1957 (tinha 36 anos) a comandante militar de Java Central, posto estratégico na hierarquia do exército. Então, Suharto cometeu outro grave equívoco, não tanto político (era bastante cauteloso), mas financeiro. Ele e seu fiel estado-maior se meteram com certos magnatas chineses de reputação duvidosa em grandes operações de contrabando e outros negócios escusos. Em consequência, o alto-comando o destituiu (dois amigos chineses dessa época fariam parte da camarilha do ditador anos mais tarde). Mas as forças armadas costumam lavar a própria roupa suja e Suharto foi mandado para a Escola de Comando e Estado-Maior, em Bandung, onde ele se portou bem; dali, saiu para chefiar o Comando da Reserva Estratégica das Forças Armadas, concebido pelo alto-comando como o escalão de ataque contra dissidentes e “inimigos internos” nas províncias. No início da década de 1960, Suharto comandou as operações conjuntas destinadas a suprimir focos de resistência holandesa em Papua Ocidental. Não se chegou a nenhuma solução militar, já que os Estados Unidos intervieram diplomaticamente contra a Holanda, mas Suharto foi tratado pela imprensa como herói nacional. Quando, em 1963-64, Sukarno decidiu partir para o confronto armado contra a Federação Malásia, uma

invenção britânica, Suharto foi nomeado comandante interino e, temendo o crescente poder do Partido Comunista em Java, estabeleceu contatos secretos com o “inimigo”. Era tal a sua antiguidade hierárquica naquela altura, que ele se tornou substituto automático do general Yani, o comandante das forças armadas, quando este se ausentava do país.

Ao mesmo tempo, a polarização política entre a direita e a esquerda se intensificava, enquanto a hiperinflação embutia uma mentalidade do tipo *sauve qui peut* que persiste até hoje. Um indicador da propensão de Suharto para o segredo e a intriga é que ele era tido na época como um chefe militar confiável (seus contatos secretos com os serviços de informação malaios e, indiretamente, com a CIA haviam sido muito bem dissimulados, até mesmo do próprio Yani) e um leal partidário de Sukarno.

#### FINTA, MASSACRE, GOLPE

A crise finalmente explodiu na manhã de 1.º de outubro de 1965, quando um pequeno grupo de oficiais do exército, em sua maioria do escalão intermediário, sequestrou e matou seis generais de alta patente, a pretexto de que estes conspiravam para derrubar Sukarno. A maioria dos revoltosos tinha relações pessoais de longa data com Suharto, sendo praticamente certo que eles o deixaram a par de seus planos. Não tentaram prendê-lo, embora todas as unidades militares experimentadas da capital estivessem sob seu comando operacional. Suharto tampouco se deu ao trabalho de avisar Yani e seu estado-maior de que uma conspiração estava em marcha. Em vez disso, esmagou facilmente os conspiradores, anunciando que eram testas-de-ferro do Partido Comunista.

Quase todos os oficiais envolvidos no “golpe”, como então se chamou o movimento – embora os próprios atores alegassem estar protegendo Sukarno de um golpe orquestrado pela CIA –, foram executados depois de condenados à morte por tribunais fictícios ou ao desamparo de qualquer formalidade legal. Só um sobreviveu (a duras penas) à ditadura. Julgado e condenado à prisão perpétua, o coronel Abdul Latief provavelmente escapou de ser julgado por sua longa e estreita ligação pessoal com a família Suharto; é possível que Tientje tenha intercedido em seu favor. Após 32 anos de prisão e indizíveis sofrimentos (os ferimentos que recebeu ao ser preso foram negligenciados a tal ponto, que metade de seu corpo foi atacada de gangrena), Latief foi libertado pelo sucessor de Suharto, Habibie, mas sofreu uma isquemia que o deixou paralisado. Quando o entrevistei, não muito antes de seu falecimento, quase tudo o que disse soou incompreensível. Mas, quando lhe perguntei como se sentira na noite de 1.º de outubro, quando Suharto esmagou o “golpe”, ele disse, com voz trêmula mas perfeitamente inteligível: “Me senti traído”.

Após interditar todos os meios de comunicação, salvo os porta-vozes das forças armadas, o grupo de Suharto publicou fotografias dos cadáveres em

5. Os massacres visaram principalmente as organizações de base comunistas, facilmente identificáveis, já que o Partido atuava na legalidade desde a independência e participava ativamente da política eleitoral. Essas organizações, em termos numéricos, estavam concentradas nas zonas rurais de Java Central, Java Oriental e Bali, bem como no cinturão verde de Sumatra setentrional. As cidades não foram tão duramente atingidas, talvez por serem mais fáceis de controlar e mais visíveis aos olhos inquisidores dos estrangeiros. As zonas rurais ora mencionadas viviam em clima de turbulência desde os primeiros anos da década de 1960, quando a Liga Camponesa e a Juventude Popular comunistas implementaram as chamadas “ações unilaterais”, destinadas a aplicar a legislação progressista da reforma agrária, a qual, aprovada em 1960, vinha sendo largamente sabotada por latifundiários, muçulmanos e “nacionalistas seculares” influentes. Diga-se também que o Partido, no início dos anos 1960, cometia frequentemente o equívoco de “falar grosso, mas empunhar pauzinhos [chopsticks]”.

6. *50 Tahun Merdeka dan Problema Tapol/Napol* [50 anos de independência e o problema dos presos políticos]. Jacarta: Masyarakat Indonesia untuk Kemanusiaan, 1995, p. 591.

decomposição dos generais assassinados, declarando que seus olhos tinham sido arrancados e seus testículos, extraídos a navalha por taradas sexuais pertencentes à Organização das Mulheres, do Partido Comunista (anos depois, descobri casualmente o laudo de autópsia, no qual consta que os generais sofreram apenas ferimentos causados por projéteis e coronhadas de fuzis, apresentando todos os olhos e genitais ilesos). Em poucos dias, todas as repartições controladas pelos comunistas em Jacarta foram ocupadas ou depredadas. Em 17 de outubro, os Boinas Vermelhas chegaram a Java Central e iniciaram o extermínio em massa de homens e mulheres da esquerda. O mesmo aconteceu em Java Oriental, com a chegada das tropas paraquedistas em meados de novembro, e em Bali, em meados de dezembro.<sup>5</sup> Em todos os casos, os militares se serviram da colaboração assassina das alarmadas “organizações de massa” dos inimigos do Partido. A estratégia de comprometer amplos contingentes da população civil nos massacres atendeu a dois objetivos. Primeiro, permitiu que os militares proclamassem, e um bom número de jornalistas estrangeiros acreditasse, que os cidadãos estavam possuídos da fúria assassina do *amok* em grande escala. Segundo, garantiu que as matanças jamais seriam investigadas, já que haviam sido perpetradas pela multidão. Não se sabe ao certo quantos foram mortos – as estimativas sugeridas vão de meio milhão a dois milhões de mortos. Em suas últimas horas de vida, o general Sarwo Edhie, que comandou os Boinas Vermelhas em 1965-66 e morreu no ostracismo, chegou a afirmar que fora responsável pela morte de três milhões de pessoas.<sup>6</sup> Tampouco se sabe ao certo quantos foram encarcerados sem julgamento por anos a fio, nas condições mais degradantes, mas esse número certamente ultrapassa o meio milhão. Os serviços de informação foram bastante astuciosos para aliciar a colaboração de grande número de comunistas capturados, inclusive veteranos, que traíram seus companheiros e chegaram a participar de sua tortura. No fim do ano, o Partido havia sido aniquilado – para sempre, como se disse.

O presidente Sukarno tentou inutilmente pôr fim ao banho de sangue e reunir seus partidários, mas já não tinha acesso aos meios de comunicação. No início de março de 1966, tropas paraquedistas à paisana cercaram o palácio presidencial, onde se realizava uma reunião de emergência do

gabinete, interromperam-na e prenderam 15 ministros, enquanto Sukarno fugia para seu “palácio de verão”, em Bogor. Ali, na noite de 11 de março, ele foi visitado por três generais, que o intimaram a assinar um documento transferindo todos os poderes executivos para Suharto. Sentindo-se ameaçado de morte, Sukarno assinou o documento, dando ao general que tantas vezes jurara lealdade a seu presidente a oportunidade de substituí-lo no ano seguinte e mantê-lo sob prisão domiciliar até sua morte, em 1970. Curiosamente, o original dessa famosa carta jamais veio a público e foi dado como perdido. Anos mais tarde, após a queda de Suharto, um jovem assessor de Sukarno, que estava a seu lado naquela noite, contou à imprensa que o documento tinha sido datilografado sem qualquer cuidado numa folha de papel timbrado do quartel-general do exército.

Naquela altura, Suharto já tinha conquistado plenos poderes dentro do “quadro da legalidade”, mas ele continuaria a ampliá-los nos anos seguintes. Todas as instituições estatais, inclusive as forças armadas, foram radicalmente expurgadas de “comunistas”, “filocomunistas”, sukarnoístas e outros subversivos. Nunca um governante do arquipélago tivera semelhante oportunidade de preencher os quadros da burocracia, do Legislativo, do Judiciário e dos órgãos paraestatais com correligionários seus, sinceros ou oportunistas. Essa primeira leva de nomeações foi seguida de muitas outras: no início da década de 1990, o número de funcionários públicos havia triplicado em relação a 1970.

Ciente das filigranas de protocolo observadas na “comunidade internacional”, Suharto não chegou a suprimir totalmente o sistema partidário. Contudo, os partidos muçulmanos rivais foram metidos numa só legenda, o Partido do Desenvolvimento Unido, liderado por um oportunista recrutado pela rede de espionagem política de Suharto, financiado (modestamente) pelo regime e proibido de utilizar símbolos religiosos em campanhas. Ocorreu o mesmo com os demais partidos tolerados, como o protestante, o católico e o nacionalista secular conservador, espremidos no Partido Democrático Indonésio, também financiado pelo regime e liderado por testas-de-ferro da comunidade de informações. O regime não teve nenhuma dificuldade para alcançar a maioria de dois terços em todas as “eleições” realizadas até a queda do ditador, graças a um partido governista (embora não fosse designado como tal) que incluía todos os membros da burocracia civil, das forças armadas e da polícia, bem como “tecnocratas” de vários matizes, jornalistas e acadêmicos cooptados.

#### DESENVOLVIMENTO?

Os problemas de Suharto eram de outra ordem. No final do governo *soi-disant* revolucionário de Sukarno, a Democracia Guiada (1959-65), a economia do país estava em ruínas e a inflação atingira níveis alarmantes. Mas a sorte e Washington estavam do lado do general. No momento em que a

7. O Reino Unido, cuja indústria armamentista auferiu enormes lucros das transações efetuadas com a Indonésia, não tardaria a dispensar um tratamento régio a Suharto. A Austrália não ficou atrás, de olho nas imensas jazidas de petróleo descobertas na plataforma marítima de Timor.

8. Os motivos psicológicos subjacentes a essa espantosa acumulação constituem um interessante quebra-cabeça. Suharto não era homem de gostos refinados nem sustentava um dispendioso harém de concubinas. Ele se sentia muito pouco à vontade em países estrangeiros e seria difícil imaginá-lo estabelecido com seu butim em Los Angeles ou na Riviera. Parece que ele se considerava um bom pai de família, mimando os filhos, sobretudo a filha mais velha e o filho mais jovem, Tommy, que passou uma temporada de luxo na cadeia (após a queda do pai) por ter mandado assassinar um juiz da Suprema Corte que atravessou seu caminho. Nos liberais anos 1950, Muhammad Yamin, político independente de Sumatra, justificou com graça por que, na sua condição de ministro do Gabinete, autorizara a compra de pianos para todas as escolas do país: queria que seus descendentes vivessem confortavelmente “até a sétima geração”. Segundo uma crença generalizada na Indonésia, nem mesmo os astutos chineses, exceto muito raramente, seriam capazes de conservar sua fortuna por mais de três gerações. Os filhos e netos, acostumados a uma vida de prazeres e vícios, dissipam rapidamente a fortuna familiar. É possível que Suharto estivesse calculando quanto dinheiro seria preciso juntar para sustentar o esbanjamento de sua descendência pelo espaço de sete gerações.

guerra do Vietnã “ia de mal a pior” e numerosos contingentes de tropas norte-americanas se preparavam para cruzar o Pacífico, Suharto tinha aniquilado o maior partido comunista do mundo, depois do soviético e do chinês. A elite política norte-americana se mostrou naturalmente grata por isso. A Indonésia, aliás, estava estrategicamente localizada e possuía vastos recursos minerais e florestais; novas jazidas de petróleo começavam a produzir seus primeiros barris. Suharto compreendeu o que tinha de fazer: o sistema legal foi prontamente reformulado, abrindo ao capital ocidental muitas das portas que Sukarno tentara fechar. Diante disso, os Estados Unidos convocaram seus aliados europeus ocidentais e japoneses para criar o Grupo Intergovernamental sobre a Indonésia (IGGI), que praticamente bancaria o desenvolvimento do país por muitos anos.<sup>7</sup> A criação da OPEP e o vertiginoso aumento dos preços do petróleo em 1973 proporcionaram a Suharto riquezas com que ele jamais sonhara. No final da década de 1960, o governo iniciou a destruição sistemática das florestas primárias do país, levada a cabo por apadrinhados do ditador, militares e empresas estrangeiras. O principal beneficiário de tudo isso foi o próprio ditador, que em meados dos anos 1990 chegou a acumular uma fortuna estimada em 73 bilhões de dólares, distribuídos por várias contas bancárias.<sup>8</sup> Isso sem falar na ganância de seus filhos, parentes próximos e apaniguados.

Nos anos 1970 e 80, Suharto teve muitos admiradores no Ocidente, que viam com bons olhos sua campanha para modernizar a economia, fomentar o desenvolvimento, instituir a Revolução Verde no campo, conter a aceleração do crescimento demográfico e expandir a “classe média”, requisito, este, que o senso comum costuma considerar como o prenúncio da verdadeira democracia. Tais reivindicações não são de modo algum totalmente infundadas, mas elas precisam ser contextualizadas, especialmente se levarmos em conta os amplos subsídios concedidos pelo IGGI durante duas décadas. Os termos de comparação mais imediatos são proporcionados pelos vizinhos da Indonésia: Malásia e Filipinas. Se considerarmos a saúde em primeiro lugar, a expectativa de vida nos três países ao iniciar-se o século 21 era aproximadamente a mesma (65-70 anos para os homens e 70-75 para as mulheres). Já as taxas de mortalidade

infantil configuravam um quadro muito diverso: Indonésia, 33 óbitos para cada mil nascidos vivos; Filipinas, aproximadamente 23; e Malásia, 17. Por outro lado, devido a políticas extremamente agressivas e coercitivas, a taxa natural de crescimento demográfico foi de 1,38% na Indonésia, 1,78% na Malásia e 1,95% nas Filipinas (a taxa de alfabetização nos três países era de aproximadamente 90%).

O desempenho das respectivas economias apresentou diferenças muito mais acentuadas. A distribuição da força de trabalho entre os setores agrário, industrial e de serviços apresentava o seguinte quadro: Malásia, agricultura 14,5%, indústria 36%, serviços 49,5%; Filipinas, 36%, 16%, 48%; Indonésia, 46,5%, 11,8%, 41,7%. Os números aproximados do PIB *per capita* foram: Malásia, 12.100 dólares; Filipinas, 5.100 dólares; e Indonésia, 3.600 dólares. Porém, tomando-se em consideração as enormes disparidades verificadas, sobretudo nas Filipinas e na Indonésia, o “produto” anual real para o conjunto da população foi consideravelmente menor do que esses números sugerem. Num contexto mais amplo, a constatação mais surpreendente é que quase todos os países cujas moedas foram severamente atingidas pela crise asiática de 1997-98 recuperaram, mais ou menos, sua posição anterior em relação ao dólar. A grande exceção foi a Indonésia, onde a maxidesvalorização permaneceu praticamente inalterada.

#### O SUPLÍCIO DO TIMOR LESTE

Em outros setores, sobretudo o da “segurança interna”, a mão de ferro do ditador também deslizava. Timor Leste foi o caso exemplar. Quando a ditadura portuguesa finalmente caiu, em abril de 1974, Suharto se convenceu de que o serviço secreto indonésio, por meio de agentes infiltrados, poderia manipular os trâmites da descolonização a fim de impedir que o partido “comunista” da Fretilin chegasse ao poder. Mas a aposta falhou. Após uma rápida e sangrenta guerra civil provocada pela Indonésia, a Fretilin tomou o poder e se apressou a tolher a iniciativa de Jacarta, declarando a ex-colônia Estado independente. Vencida certa hesitação inicial, Suharto, então nadando no dinheiro do petróleo, decidiu pela invasão militar seguida de anexação. Os sinais recebidos dos Estados Unidos foram todos positivos. Ford e Kissinger desembarcaram em Jacarta às vésperas da expedição e Kissinger, conta-se, teria dito a Suharto: “Faça a coisa rapidamente!”. Quase todo o armamento utilizado na invasão era norte-americano, mas Washington fez vista grossa para essa flagrante violação do acordo firmado entre os dois países, o qual proibia sua utilização contra um país estrangeiro. Os Estados Unidos tinham outro motivo para se mostrarem condescendentes: mediante um acordo secreto, Suharto havia permitido (em violação das leis internacionais) que submarinos nucleares norte-americanos atravessassem o estreito de Java sem vir à tona, escapando assim ao monitoramento aéreo

soviético. Algumas semanas antes da invasão, uma delegação de alto nível formada por agentes militares e civis dos serviços de informação indonésios, então em viagem de relações públicas pelos Estados Unidos, fez uma visita informal à Universidade de Cornell. Quando perguntei a um de seus integrantes sobre os planos para o Timor Leste, ele respondeu jovialmente: “Não se preocupe, em poucas semanas tudo estará acabado”.

Os primeiros movimentos da invasão foram um desastre, com aviões indonésios bombardeando as próprias tropas em vários lugares. Dois anos depois, a Fretilin ainda controlava mais da metade da parte oriental da ilha. Então, Jimmy Carter, o presidente dos “direitos humanos”, despachou secretamente para Suharto um carregamento de ov-10 Broncos, os turboélices de reconhecimento e ataque ao solo que tanto se destacaram na guerra do Vietnã. Eles produziram uma reviravolta. Milhares de timorenses fugiram para as planícies, controladas pelos indonésios. Ali, foram mandados para “campos de reassentamento”, onde muitos morreram de fome e doenças. Mas a resistência não se entregou, reorganizando gradualmente suas forças e iniciando a progressiva infiltração das planícies em toda a frente.

Suharto apelou para todos os recursos imagináveis, mas nenhum funcionou. A terra do Timor Leste, conhecida por sua aridez, carece de recursos minerais e apresenta escassas florestas; a população vivia em estado de extrema pobreza e era em grande parte analfabeta. Professores e funcionários públicos detestavam ser transferidos para lá. As tentativas de assentar migrantes de outras ilhas fracassaram em razão da hostilidade dos habitantes e de intermitentes sabotagens. O café, seu único produto de exportação de primeira qualidade, tornou-se monopólio dos militares. O problema mais grave era que os indonésios, muitas vezes sem ter consciência disso, estavam na posição de colonialistas no Timor Leste. Daí, a queixa frequente de que os timorenses eram “uns ingratos”, linguagem de travo colonialista que seria considerada tabu em qualquer parte da Indonésia. Ademais, o Timor Leste não se enquadrava na versão da gesta nacional – “nossa luta secular contra os holandeses” – difundida pela ideologia nacionalista e pelos livros escolares. Pior ainda, eram católicos num país de população 90% muçulmana. Para azedar as coisas, o Vaticano se negou a integrar os sacerdotes timorenses na hierarquia da dócil e amiúde covarde Igreja católica indonésia.

Houve, porém, outro fator que não mereceu a devida atenção. Na altura da revolução de 1945-49, a maioria quase absoluta dos soldados estava na casa dos 20 anos. Esse efetivo era tão numeroso e tão jovem, que a criação de uma academia militar só sairia do papel em 1957. A primeira turma, formada em 1960, guardara apenas recordações de infância da luta contra os holandeses. Haviam sido tenentes inexperientes, sem nenhum papel relevante, por ocasião dos massacres anticomunistas de meados dos anos 1960. Timor Leste, a primeira guerra de que participaram, veio dez anos mais tarde, quando já

estavam na casa dos 30. Como a invasão era justificada para os soldados como uma campanha contra o comunismo, o padrão de comportamento inculcado foi o de 1965-66: impiedade, tortura, incêndio de aldeias, estupro, operações baseadas em inteligência precária. E – mais deplorável que tudo, no espírito de 65 – organização e financiamento de milícias recrutadas entre o lumpem-proletariado local, as quais se habituaram a usar métodos que às vezes causavam repugnância até mesmo aos oficiais indonésios. De modo típico, o QG do exército preparou um manual secreto sobre técnicas de tortura eficazes, com dicas para não ser apanhado em flagrante ao aplicá-las. Um dos jovens comandantes mais em evidência – que armara uma emboscada para o primeiro comandante militar da Fretilin, Nicolau Lobato, e o matara – gravou um vídeo em que aparecia pisoteando o inimigo morto com sua bota triunfante. A um ou outro repórter, contou que costumava espantar o tédio de certas madrugadas reproduzindo a cena gravada.

Em novembro de 1991, uma série de ousadas manifestações promovidas pelos jovens de Dili, a pequena capital do país, foi reprimida com a estupidez e brutalidade habituais, ocasionando uma carnificina. Infelizmente para Suharto, um jovem e corajoso jornalista inglês, Max Stahl, conseguiu registrar o massacre e enviar a fita para fora do país clandestinamente. A divulgação internacional das imagens encorajou enormemente a resistência, desmoralizando da noite para o dia as constantes assertivas do regime à “comunidade internacional” de que o problema do Timor Leste estava “acabado”. A captura de Xanana Gusmão, o heroico sucessor de Lobato, já não poderia ser resolvida com uma rápida execução. Preso em Jacarta, com o prestígio intacto, ele se tornou um herói, mesmo para alguns jovens indonésios da oposição, que costumavam troçar: “Se pelo menos tivéssemos um presidente como Xanana...”.

Os mesmos métodos e o mesmo insucesso marcaram as campanhas de repressão militar do regime em Acheh e Papua Ocidental. Acheh tinha sido uma tranquila e próspera província nos anos 1970 e início dos 80, mas a descoberta de grandes reservas de gás natural no local conduziu à criação de enclaves de exploração fortemente vigiados, repletos de operários e capatazes trazidos de outras partes da Indonésia. Instalou-se um governo militar; seguiu-se a resistência armada, reprimida com os mesmos métodos usados no Timor Leste. O resultado foi um impasse terrivelmente desgastante para ambos os lados, nenhum dos quais teve forças para se impor ao outro. Alguns líderes da resistência, soube-se mais tarde, tinham recebido algum treinamento entre os Boinas Vermelhas. Não foi muito diferente em Papua Ocidental, onde as madeireiras dos apadrinhados e um conglomerado de mineradoras ocidentais operavam num vasto e inóspito território, e onde uma pequena resistência armada continuou ativa durante toda a ditadura. No longo prazo, essas aventuras acabaram por abalar o prestígio

e a autoconfiança dos líderes militares da geração mais jovem, nenhum dos quais alcançou a mesma projeção de certos veteranos da geração anterior. A crise asiática de 1997 forneceu um indicador surpreendente de como a instituição se encontrava esvaziada. As gazetas militares, que ninguém lia de boa vontade, a não ser os próprios militares, e que dependiam largamente de subsídios, foram obrigadas a sair de circulação para nunca mais voltar. Após a queda de Suharto, os jornais noticiaram que o chefe do serviço de informações do exército estava sob investigação, acusado de ter falsificado grande quantidade de dinheiro. Entrevistado por repórteres, ele se saiu candidamente: “Olhe, o que eu podia fazer? Cortaram nossa verba, o Alto-Comando não me dava mais dinheiro e as milícias do Timor Leste, que não recebiam havia muito tempo, estavam começando a estri-lar.” O general seguiu carreira, chegando a ocupar por curto período o cargo de comandante do exército.



**Em 15 de janeiro de 1998, sob o olhar do então diretor-geral do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, um Suharto abatido pela profunda crise asiática assina o acordo com o FMI, em sua casa, em Jacarta**

© Agus Lolong/AFP/Image Forum

#### **PAI DA BANCARROTA**

Os segredos do ultrarreservado presidente – reveses nas áreas de segurança interna, industrialização, finanças, responsabilidade parental (os filhos se revelaram monstros ou nulidades), falência moral e mesmo política – começaram a transpirar pouco a pouco. A ironia da trajetória de Suharto é que ele acabou desfeito pelas próprias forças que

tornaram possível sua longa ditadura. No início dos anos 1990, ele se deixou convencer por Washington a “abrir” mais decididamente o país para o capital financeiro internacional. Uma enxurrada de dinheiro fácil escoou para uma plethora de bancos de reputação duvidosa, criados para tirar proveito daquela repentina onda de prosperidade. Já então Suharto tinha seus dias contados à frente do poder. A Indonésia se tornara importador líquido de petróleo e suas reservas florestais tinham praticamente se extinguido. O desenvolvimento industrial era fraco e o sistema educacional vinha se deteriorando havia décadas. Quando estourou a “crise asiática”, a Indonésia foi mais duramente atingida que qualquer outro país. Em poucas semanas, a rupia perdeu quatro quintos de seu valor de troca. Dezenas de bancos quebraram. Milhões de pessoas perderam o emprego. A dívida nacional cresceu assustadoramente. Os bajuladores costumavam incensá-lo com o título de *Bapak Pembangunan* [Pai do Desenvolvimento]; para as más-línguas, no entanto, ao se iniciar o ano 1998 ele era o *Bapak Pembankrutan* [Pai da Bancarrota]. O retrato mais impiedoso desse Waterloo foi a fotografia do abatido ditador em sua mesa de trabalho, com o *capo* do FMI por detrás dele, de braços cruzados, presenciando a assinatura do simbólico ultimato.

Como Suharto iria reagir? Os fatores que pesaram em sua decisão de renunciar, em 1998, poderiam ser articulados de dois modos um tanto distintos. O primeiro foi cultural. Suharto não possuía nenhum talento oratório – em geral, lia arrastadamente os enfadonhos e monótonos discursos, repletos de estatísticas e chavões, que a Secretaria de Estado redigia para ele em indonésio protocolar. Como observou John Roosa, ninguém se lembra de uma só frase cunhada por Suharto em 33 anos de poder (Siad Barre? Franco?). É provável que ele sequer pensasse em indonésio, língua que precisou adquirir somente na adolescência tardia. Mas em certas ocasiões ele abria a guarda, principalmente quando se enfurecia. Alguns espíritos destemidos se atreviam a caçoar de seu indonésio, javanês no acento, na gramática espúria e nos chavões morais. Certa vez, irritado com as críticas dos estudantes a um dos “projetos” mais extravagantes de sua esposa, ele deixou escapar que iria *gebuk* quem se atrevesse a criticá-la. *Gebuk*, palavra javanesa, significa “moer alguém de pancada”. Noutra ocasião, discursando reservadamente para o cordão de puxa-sacos que dirigia a Liga Nacional da Juventude, muitos deles não-javaneses, ele deixou o auditório boquiaberto ao embarcar numa longa digressão sobre o significado místico dos nomes das letras no alfabeto javanês (a Secretaria de Estado tratou de impedir a publicação desse bizarro palavrório). Mais adiante, Suharto se deixou seduzir pela proposta de ajudar um experiente jornalista e *ghost-writer* a escrever sua autobiografia. O que exala das páginas do livro é um intenso ressentimento – ressentimento contra todos aqueles que o julgavam estúpido, inculto, místico principiante, um brinquete nas mãos de seus assessores etc.

9. O regime insistiu na versão de que essas execuções, de estilo tipicamente militar, resultaram de uma guerra de gangues por controle de território. Segundo a voz geral, no entanto, a maioria dos delinquentes executados eram cabos eleitorais a serviço do general Ali Murtopo, chefe do serviço secreto pessoal do ditador. Murtopo alimentava então pretensões políticas demasiado ambiciosas para suas forças e não tardaria a ser exilado como embaixador em Kuala Lumpur, onde morreu de derrame.

10. De acordo com a Constituição vigente na época, o presidente da Indonésia era escolhido não pelo voto direto, mas por um colégio eleitoral da Suprema Assembleia Consultiva Popular, formado por parlamentares, uma legião de representantes regionais e grupos representativos escolhidos... pelo presidente. O arranjo era muito conveniente para Suharto, que não tinha talento algum em cima de um palanque. Esse sistema foi modificado há cinco anos somente. O atual presidente, o general reformado Susilo Bambang Yudhoyono, é o primeiro presidente indonésio eleito pelo voto direto.

O tema central do livro é: “Eu, só eu, decidi tudo”. De modo nada típico, porém, o rancor levou-o a sustentar – corretamente – que fora ele quem ordenara pessoalmente a execução de milhares de pequenos delinquentes em 1983.<sup>9</sup> Mal o livro fora publicado e Suharto, apoquentado por segundos pensamentos, ordenou sua retirada de circulação, caso raro de ditador banindo a própria obra.

No fundo, ele era um javanês da gema, dado a consultar secretamente xamãs e astrólogos, visitar cavernas e túmulos e outros lugares dotados de poderes mágicos e assim por diante. No final de 1997, profundamente abalado pela crise financeira, Suharto revelou à imprensa que estava preparado para *lèngsèr kaprabon* e se tornar um  *pandito*. Essas palavras javanesas são uma espécie de fórmula extraída das antigas crônicas dos reis de Java e do repertório ainda mais antigo do teatro de sombras, baseado no *Mahabharata* e no *Ramayana*. *Lèngsèr kaprabon* pode ser traduzido por “abdicar do trono” e  *pandito*, por “Grande Sábio (Místico)”. De fato, ao chegar à velhice, o Grande Rei transfere o governo para seu sucessor e termina seus dias como Venerável Sábio e Conselheiro. Essa declaração foi recebida com pérfida hilaridade por seus jovens inimigos, que não acreditaram numa só palavra do que ele dissera. No fundo, talvez tivesse sido aquela mesma sua intenção, pelo menos naquele momento. Pois, então, Suharto deixou escapar algo de que se suspeitava havia muito: em certos estados de espírito, ele se via como um monarca e talvez esperasse mesmo protagonizar o papel de Mago de uma nova ordem vindoura.

#### MAQUINANDO A SUCESSÃO

O segundo fator que pesou na renúncia de Suharto foi explicitamente político, temperado com várias doses de rancor concentrado. Intransigente até o fim, Suharto haveria de mostrar como ficariam as coisas sem ele. Reeleito presidente pela última vez – unanimemente, como sempre –, em março de 1998, ele escolhera para companheiro de chapa o engenheiro aeronáutico Habibie.<sup>10</sup> Essa foi uma grande novidade, já que nas últimas duas décadas o vice-presidente sempre fora algum inócuo general reformado. Natural de Célebes, Habibie era em geral visto como o simpático e tagarela engenheiro que convencera o ditador a investir uma fortuna na criação de uma indústria

aeronáutica de exportação baseada no modelo da Messerschmitt, companhia alemã onde ele trabalhara muitos anos. Os Estados Unidos (sob a figura da Boeing) trataram de impedir que esses aviões atendessem aos padrões “internacionais” de qualidade; seja como for, a crise de 1997 veio a comprometer todo o projeto.

Porém a candidatura de Habibie também serviu a outro propósito. No final da década de 1980, Suharto começou a pressentir que as forças armadas poderiam escapar a seu controle. Em consequência, passou a manipular as promoções no alto escalão do exército: primeiro, as de um cunhado inepto, irmão de Tientje, e de um genro fascistoide e visivelmente desequilibrado; segundo, a de ex-assessores pessoais que se tornaram motivo de chacota nas casernas como *prawira piningit*. *Prawira* significa “oficial”, em javanês; *piningit* designa a antiga tradição aristocrática de enclausurar as filhas após a primeira menstruação, até que seu casamento fosse arranjado com êxito. Algo como “oficiais virgens”.

Suharto, contudo, também buscava um meio de contrabalançar a influência política dos oficiais superiores da ativa, uma geração mais nova que a sua. A solução encontrada foi notável. Durante quase toda a ditadura, Suharto demonstrou franca hostilidade ao islamismo como força política. Nos anos 1970, o chefe de sua rede de espionagem política, Ali Murtopo, chegou a criar um Komando Jihad, parcialmente formado por exaltados militantes que haviam cumprido pena de prisão por sua participação no fracassado movimento pela criação de um Estado islâmico na Indonésia, nos anos 1950 e início dos 60. Alguns desses infelizes mercenários tinham cometido um atentado a bomba amadorístico contra o templo de Borobudur, a célebre estupa budista do século I.º, em Java Central. Manter secretamente “terroristas islâmicos” na folha de pagamento era algo que convinha aos interesses do regime. Mas eis que, de repente, já na velhice, Suharto embarcou com toda a família para uma luxuosa e badalada viagem de peregrinação a Meca, de onde voltaria não somente com o título honorífico de *hadji* mas com um prenome inteiramente fictício – Muhammad!

Habibie foi então instruído a criar a Liga dos Intelectuais Muçulmanos Indonésios (ICMI), tal como se chamou durante sua curta existência. O engenheiro aprendeu rápido. Tempos atrás, nos Estados Unidos, ele causara espanto entre os fiéis muçulmanos indonésios ao comparar o Profeta a um televisor, transmitindo fielmente os programas de Alá aos devotos telespectadores. Mas os intelectuais muçulmanos, excluídos do poder havia décadas, correram para se filiar ao ICMI também com intenções maquiavélicas. Suharto podia querer usá-los, mas eles também o usariam – e eram muito mais jovens. Como se viu, o ICMI, que não tinha nenhuma base social ou religiosa, desapareceu como um sopro de fumaça quando a ditadura caiu. Suharto havia calculado, porém, que Habibie, ainda que obtivesse o irrestrito apoio dos muçulmanos para contrabalançar a força do oficialato, estaria assim mesmo numa

posição demasiado vulnerável para poder dispensar os conselhos e a ajuda do Grande Sábio.

Nisso, o ex-ditador sofreria grave decepção. Habibie, figura extrovertida e de gênio afável, plenamente consciente da enorme hostilidade pública para com Suharto após sua queda, agiu com independência – conta-se que Suharto nunca mais lhe dirigiu a palavra. Ele libertou a maioria dos presos políticos sobreviventes (inclusive o coronel Abdul Latief) e aboliu quase totalmente a censura aos meios de comunicação. Na esteira dessas medidas, veio uma torrente de insultos ao Grande Sábio, protestos para que ele fosse julgado por seus crimes e forte pressão pela “reforma total” do sistema político. Habibie também deu início ao processo que culminaria com a realização das primeiras eleições livres na Indonésia desde 1955. E, o que é mais surpreendente, concordou em permitir aos timorenses a realização de um referendo sobre seu futuro, supervisionado pelas Nações Unidas. Diante disso, os militares a princípio ficaram furiosos; logo, porém, lhe disseram que, com a ajuda de suas milícias truculentas, podiam garantir que os timorenses optariam pela cidadania indonésia. Infelizmente para eles, não contavam com a astúcia de Xanana. Da prisão, contra oposição veemente de certos setores da resistência, ele mandou dizer aos timorenses que apoiassem em peso a máquina eleitoral do ex-ditador no plebiscito de junho de 1999. Tamanha era a eficiência dessa máquina no Timor, que os serviços de informação baixaram a guarda. Qual não foi sua surpresa quando a maioria da população votou pela independência no plebiscito realizado dois meses mais tarde.

Em retrospecto, a curta presidência de Habibie teve muitos bons momentos. Lamentavelmente, ele achou que isso o credenciava a um mandato integral como presidente, momento em que a sorte o abandonou e ele se viu obrigado a voltar para sua segunda pátria, o *Reich* reunificado por Kohl. Desse momento em diante, Suharto desapareceu de cena, neutralizando com sucesso as pressões para que fosse levado a julgamento graças aos atestados de enfermidade ou senilidade passados pelos médicos de sua confiança. A elite política que ele criara tampouco se preocupou em acossá-lo, pois ele conhecia todos os seus podres.

## 2. ALGUNS LEGADOS DO REGIME

No final da década de 1980, adquiri o hábito de perguntar aos visitantes e estudantes indonésios recém-chegados ao *campus* da Universidade de Cornell: “Quem é o indonésio vivo que você mais admira?”. A reação quase invariável da maioria era coçar a cabeça, num gesto de perplexidade, como se a pergunta fosse ridícula. Outros hesitavam, antes de mencionar algum cantor popular cujas letras continham crítica velada ao estado de coisas. Uns poucos citavam Pramoedya Ananta Toer, o maior escritor do país, cuja obra foi banida enquanto durou a “Nova Ordem” de Suharto.

Se a mesma pergunta tivesse sido feita nos anos 1950, as respostas teriam sido bem diferentes: muitos “heróis” da revolução ou dos movimentos nacionalista e islâmico do período colonial ainda eram vivos e atuantes na esfera pública. Esse contraste reflete um dos principais legados do longo regime ditatorial – o surgimento de uma classe política visceralmente medrosa, corrupta e medíocre. Astuto, ressentido e desconfiado, o ditador tratou de impedir que seus rivais potenciais, civis ou militares, desenvolvessem bases sociais e políticas autônomas. Até mesmo os abjetos ministros de seu gabinete suspeitavam que eram espiados. O filho de um deles, rapaz inteligente e cordial, fez de tudo para me evitar durante seus três primeiros anos em Cornell – obedecendo a ordens paternas. Mas no último ano, tendo assimilado as regras de convivência do meio universitário norte-americano, ele se mostrou subitamente amistoso. Seu pai, contou, proibira-o categoricamente de fazer qualquer alusão a assuntos políticos quando lhe telefonasse, pois tinha certeza de que sua linha telefônica fora grampeada. Instruído sob alguns aspectos, demonstrava quase total ignorância da história de seu país e desconhecia a vasta e importante literatura sobre a política indonésia.

Suharto inspirava terror não somente por seu prontuário sujo de sangue, mas também por sua postura – fria, taciturna, dissimulada, descontados os ocasionais acessos de fúria, sentidos ou fingidos. O apoio internacional lhe proporcionou os meios para promover a corrupção em escala maciça. Nos primeiros anos do regime, os principais beneficiários de sua liberalidade foram os generais, seus colegas, mas a partir de 1973, com a criação da Opep, ele passou a favorecer cada vez mais os chamados tecnocratas, economistas e engenheiros de variado perfil que se tornaram as pessoas mais ricas do país (à exceção dos chineses), acumulando cargos executivos nos ministérios do Petróleo e Gás, Indústria Leve e de Base, Finanças, Comércio Exterior, Trabalho e outros. Eles não tinham bases políticas e eram de uma lealdade e submissão a toda prova.

Nos últimos anos do regime, a cornucópia tocou aos muçulmanos (muitas vezes, os de descendência árabe), sobretudo os tecnocratas e intelectuais. Uma geração e meia de políticos cresceu e se formou na cultura política autoritária, corrupta e clientelista favorecida por Suharto. Ele gostava de jogar uns contra outros, mas não tolerava nenhuma retórica substantiva ou inflamada. Deliberadamente ou não, ele conformou com o tempo a atual oligarquia nacional indonésia: briguenta, mas unida por casamentos; competitiva, mas disposta a evitar quaisquer conflitos internos; pobre de ideias, mas decidida a conservar o que possui a qualquer preço. Isso, sobretudo, explica por que Suharto permaneceu acima da lei após sua queda e por que seus filhos, com exceção do homicida Tommy, continuam a controlar canais de televisão, concessões para exploração de estradas de rodagem e outros patrimônios estratégicos do país. O ponto essencial é que essa oligarquia e seus dependentes são praticamente

incapazes de pensar fora da bitola do antigo regime. Dizem os cínicos que antes havia um só homem forte – agora, há uma infinidade de pequenos Suhartos.

Como a oligarquia conseguiu sobreviver às pressões populares por reformas, após as manifestações de massa desencadeadas pela crise financeira de 1997? Uma das razões foi a profunda e arraigada divisão do eleitorado, que recordava as eleições de 1955. O grande vitorioso das eleições de 1999 foi o partido “nacionalista secular” de Megawati, a pusilânime e obesa filha de Sukarno. Ainda assim, ele não obteve nem um terço dos votos, perdendo terreno nas eleições seguintes. Todos os governos formados desde então foram de coalizão.

Segundo, o presidente, de acordo com as regras constitucionais herdadas da era Suharto, se elegia (até 2004) não pelo voto direto, mas por um colegiado da Assembleia Consultiva Popular, dominada pelo partido governista. Após as eleições de 1999, quando a onda reformista ainda era forte, a Assembleia escolheu Abdurrahman Wahid para presidente e Megawati para vice. A escolha de Wahid, cujo partido obtivera apenas 10% dos votos, se deveu em parte a sua popularidade entre os reformistas. A principal razão, no entanto, é que ele sairia das eleições demasiado enfraquecido para evitar uma composição de forças com os demais partidos e os militares. Um tanto presunçoso (“Recebi uma convocação de Alá para assumir a presidência”), Wahid se sentiu tolhido em sua liberdade de ação e tentou se safar, interferindo abertamente em assuntos internos das forças armadas, reformulando drasticamente o gabinete e tentando outras manobras. Sua gestão não durou mais que um ano e meio, já que todos os partidos, exceto o seu, concordaram em mover-lhe um processo de *impeachment* e o destituíram do cargo. Megawati, sua sucessora, cumpriu a promessa de formar um gabinete “inclusivo”, no qual todos os partidos (se incluirmos um viracasca do partido de Wahid, nomeado para a pasta da Defesa) tiveram sua quota de representantes. A oligarquia alcançou assim seu objetivo: um Parlamento sem oposição, no qual todas as facções partidárias usufruíam das mordomias do poder. A filha de Sukarno certamente não era uma personalidade dinâmica, mas a total ausência de ações inovadoras durante os três anos de sua administração se explica, em parte, por aquilo que Dan Slater chamou com propriedade de cartelização do sistema político.<sup>11</sup>

11. Slater escreveu um fino e divertido relato sobre a alta cúpula da política indonésia a partir da queda de Suharto: “Indonesia’s Accountability Trap: Party Cartels and Presidential Power after Democratic Transition” [A armadilha das prestações de contas da Indonésia: o cartel dos partidos e do poder presidencial depois da transição democrática]. *Indonesia*, n. 78, Ithaca: Cornell University’s Southeast Asia Program, out. 2004, pp. 61-92.

Um terceiro fator foi o caráter próprio da oligarquia, que, temendo mobilizações populares fora de seu controle, aceitou integralmente a nova ordem neoliberal e não tinha o menor interesse por nada que viesse da esquerda. Os líderes das forças armadas não somente aceitaram o cartel, mas desempenharam importante papel em sua dinâmica interna. Porém, como a popularidade dos partidos andava visivelmente em baixa, a oligarquia foi obrigada a mudar o processo de escolha do presidente, ampliando a consulta à totalidade do eleitorado. Assim, em 2004, o discreto e inteligente general javanês reformado Susilo Bambang Yudhoyono, ministro sênior da Segurança e Defesa do governo Megawati e destacado representante da oligarquia nos bastidores, tornou-se o primeiro presidente da Indonésia eleito pelo voto direto. Mas seu partido não se saiu bem e ele, sob muitos aspectos, acabou por sucumbir à lógica da cartelização: passividade, cooptação sistemática de toda oposição parlamentar e farta distribuição de benesses. É pouco provável que ele seja reeleito em 2009,<sup>12</sup> mas seu substituto não deverá adotar uma linha muito diversa, quanto mais não seja para neutralizar revoltas populares que parecem estar se desenhando no horizonte.

12. As eleições presidenciais ocorrerão em 9 de julho. O segundo turno, se houver, será em 8 de setembro. O presidente e vice-presidente cumprem mandato de 2009 a 2014. [N. do E.]

Quando Suharto finalmente morreu, em 27 de janeiro de 2008, Yudhoyono, bem a seu feitio, presidiu as cerimônias fúnebres com lágrimas nos olhos, pediu conselhos aos filhos do morto, que possuem muitos canais de televisão, para que nenhuma matéria “negativa” sobre sua memória fosse ao ar e ordenou que a bandeira nacional fosse hasteada a meio-pau em todo o país, durante uma semana. Felizmente, essa ordem foi solenemente ignorada em muitos lugares.

#### SOB A CAPA DA FÉ

Outro importante legado do período ditatorial diz respeito aos partidos políticos e seus concorrentes. Como muitos militares, Suharto desprezava esses partidos, tendo, como vimos, corrompido ou castrado aqueles que tolerava. Afora isso, não lhes dava qualquer atenção. Como os partidos consentidos foram inteiramente marginalizados e não tinham nenhum peso no jogo político, eles suportaram sua impotência sem capitalizar apoio político considerável nem dar voz aos protestos da sociedade. Nessas

condições, logo se constatou que as únicas instituições que Suharto geralmente hesitava em subornar ou suprimir eram as religiosas. Afinal, uma das bandeiras ideológicas que nortearam o massacre dos comunistas fora a luta primordial contra o ateísmo. A religião pessoal de Suharto era uma fusão tipicamente javanesa de islamismo, misticismo hinduísta-budista e animismo xamanista, embora isso fosse ocultado do público.

Os cristãos, apesar de constituírem minoria, tinham padrões superiores de educação – herança do favoritismo estatal e da energia missionária da época colonial. Bajuladores ávidos de proteção contra o espectro do fanatismo muçulmano, eram peças úteis na cínica campanha ideológica pela “integração nacional” promovida por Suharto. Por outro lado, contavam com decisivo apoio em Roma, na Europa Ocidental e sobretudo nos Estados Unidos. Os católicos não chegavam a ser um problema, já que suas bases de poder não iam muito além de Java e suas lideranças eclesiásticas podiam ser facilmente compradas ou intimidadas. Já o protestantismo era outra história. No período colonial, a evangelização protestante fora particularmente bem-sucedida entre as minorias que habitavam regiões montanhosas e remotas, as quais se repartiam entre diferentes seitas com diferentes patrocinadores no estrangeiro. O protestantismo ficou desde então estreitamente associado às etnias das ilhas periféricas, estabelecendo “igrejas” étnico-culturais separadas para os Toba Bataks, os Karo Bataks, os Amboneses, os Toradjans etc. É significativo que os jornais de maior circulação da capital durante a ditadura fossem controlados por católicos e protestantes: os mais fáceis de intimidar, portanto, os mais tolerados. O subserviente jornal católico *Kompas* não tardaria a ser ridicularizado à boca pequena como *Kempes* [murcho, como um pneu furado], e o protestante *Sinar Harapan* [Luz da Esperança], como *Sirna Harapan* [Foi-se a última esperança].

Quanto à ampla maioria muçulmana, Suharto seguiu à risca o conselho do decano dos estudos islâmicos coloniais, o holandês C. Snouck Hurgronje (que tivera a coragem de viajar a Meca disfarçado de peregrino): satisfazer todas as suas reivindicações, exceto as de natureza política. Assim, até os anos 1990, Suharto doaria fortunas para a construção de mesquitas *high-tech* no estilo neoárabe burguês, escolas e instituições de caridade, bem como verbas para excursões aéreas de peregrinos à Cidade Sagrada, ao mesmo tempo em que reprimia brutalmente qualquer forma de expressão política do islamismo.

Hoje, o viajante realmente interessado pela Indonésia não deve deixar de visitar a antiga mesquita de Surabaya, dedicada a Sunan Ampel, um dos nove patriarcas do islamismo no país. Esse belo templo fica no centro da cidade antiga, ao lado dos tradicionais bairros árabe e chinês. Um cartaz pede civilizadamente aos visitantes que não perturbem a paz dos moradores, muitos deles se refazendo da dura jornada de trabalho. Até onde sei, essa é a única

mesquita importante do país que ainda observa o costume de conclamar os fiéis para as orações de viva voz, realçando a beleza e o imediatismo da voz humana. Em todas as outras – mais um legado da ditadura – o chamamento à prece é feito *fortissimo* por potentes amplificadores e alto-falantes, senão preguiçosamente a partir de fitas gravadas.

A relativa imunidade das instituições religiosas diante da crescente insistência de Suharto em sua forma de *Gleichschaltung*<sup>13</sup> teve consequências que ele não foi capaz de prever. Todo tipo de interesses políticos, econômicos, étnicos e até criminosos, que noutras circunstâncias teriam sido absorvidos pelos partidos políticos, passou a gravitar em torno das mais diversas congregações religiosas. Assim, o período final da ditadura assistiu ao surgimento de algo inimaginável antes da ascensão de Suharto: rufiões protestantes, escroques católicos, capangas muçulmanos. Após sua queda, as consequências se mostraram nefastas. Valentões protestantes de Ambon, que havia muito exploravam parte do negócio de bordéis, bares e casas de jogo da capital, foram expulsos de seus domínios por gângsteres muçulmanos, que se arvoravam em zeladores da moralidade muçulmana.<sup>14</sup> Forçados a regressar para Ambon, os criminosos derrotados convenceram a maioria dos protestantes locais de que tinham sido vítimas da agressão muçulmana.

Ao mesmo tempo, as bases da dócil e corrupta Igreja protestante, estruturadas desde os tempos coloniais, eram debilitadas pela ação de fanáticos missionários norte-americanos e alemães. Embora prestassem assistência social às populações carentes, esses missionários insistiam em caracterizar o Islã como obra de Satã. A eclosão de violentos conflitos religiosos nas ilhas Molucas, que nunca haviam conhecido tal fenômeno, foi provocada pelo massacre de uma aldeia muçulmana inteira, levado a cabo por protestantes – não causa surpresa que esse fato não tenha sido noticiado pela imprensa ocidental. Tampouco causa surpresa que a aliança de gângsteres e protestantes fanáticos tenha, por sua vez, levado um bom número de gângsteres e muçulmanos fanáticos a “acudir” seus irmãos. A força policial-militar, que deveria ter impedido o banho de sangue que se seguiu, estava frequentemente rachada por motivos religiosos. O resultado foi uma brutal guerra civil nas ilhas Molucas, guerra da qual somente os gângsteres tiraram proveito.

13. Em alemão, enquadramento político das oposições; adesão compulsória a uma linha ou partido político. [N. do T.]

14. Seu chefe, ao justificar uma visita posterior ao Grande Satã feita à custa do erário, afirmou que fora apenas rever os filhos, confortavelmente instalados em universidades californianas menores. É significativo que esses capangas muçulmanos jamais tenham demonstrado o menor interesse pelo infortúnio dos habitantes de Acheh, tão distinguidos por sua devoção.

### ARMAS E PATRIMÔNIOS

Suharto julgou até o fim, corretamente, que a única instituição indonésia capaz de derrubá-lo seriam as forças armadas. Após os expurgos de 1966-67, ele passou a contar com o apoio irrestrito de uma oficialidade visceralmente anticomunista, formada sobretudo por soldados de sua geração – “veteranos da revolução”. Mesmo assim, ele tomou precauções especiais. Destas, a mais surpreendente foi uma política de dotação de verbas que não atendia em absoluto as necessidades de um exército moderno, muito menos de um exército instalado no poder (oficiais de alta patente se manifestaram publicamente sobre a escassez de verbas em diversas oportunidades ao longo dos anos 1980 e 90, afirmando que elas não cobriam mais que um terço de suas necessidades). Isto também proporcionava a jornalistas, estudiosos e, sobretudo, autoridades estrangeiras uma evidência plausível de que a democracia enfim se aproximava e a luz no fim do túnel começava a aparecer. A solução financeira encontrada foi engenhosa e tinha antecedentes no breve período de democracia constitucional que se seguiu a 1949. A Indonésia atravessava então tempos de penúria, após os estragos causados pela Grande Depressão, a ocupação japonesa e a revolução, e pesados encargos recaíam sobre uma série de governos fracos. Alguns comandantes militares de província com inclinações a caudilhos começaram a criar suas fontes de renda paralelas, dispensando proteção a contrabandistas, controlando a receita das exportações locais e praticando extorsões, sobretudo contra empresários chineses, os quais, por sua vez, conforme o preço, também se serviam desses comandantes. O próprio Suharto, como vimos, participara desse jogo nos anos 1950.

Mas a grande mudança viria em 1957. As eleições de 1955, realizadas em clima de grande liberdade política, mostraram que nenhum dos partidos conseguira obter mais de um quarto dos votos do eleitorado. Quatro grandes partidos, três deles baseados na populosa ilha de Java, monopolizaram cerca de 77% dos votos: o partido nacionalista secular, o partido muçulmano “tradicionalista”, o Partido Comunista e o partido “islâmico progressista”, cuja força derivava sobretudo do eleitorado não-javanês. A singular posição da Indonésia no mundo islâmico atual pode ser deduzida do fato de ambos os partidos islâmicos, em geral adversários entre si, não terem conseguido somar juntos sequer a maioria relativa dos votos, num país de população 90% muçulmana.

Antes do advento geralmente pacífico do Islã como força política, em meados do século 15 – 800 anos depois que o Profeta e seus sucessores imediatos alcançaram triunfos militares espetaculares no Oriente Próximo e nas costas do Mediterrâneo –, Java havia sido culturalmente dominada por uma eclética fusão de hinduísmo, budismo maaiana e crenças animistas locais. Quase todos os majestosos templos dos quais a indústria turística indonésia extrai parte substancial de sua receita são pré-islâmicos. A chegada dos

holandeses no início do século 17 impediu que se consumasse em profundidade todo o processo de arabização e islamização então em curso. Daí a divisão, que data daquela época e continua hoje, dos javaneses em muçulmanos “progressistas” (sobretudo nas cidades), que não têm paciência com o sincretismo e as superstições; muçulmanos “tradicionalistas” (sobretudo no campo), cuja constituição combina traços do nacionalismo e do sincretismo; e muçulmanos “estatísticos”, que são circuncidados, se casam e são sepultados segundo os ritos muçulmanos, mas cuja verdadeira religião ainda exhibe traços marcantes do complexo religioso da Antiga Java. Em 1955, nacionalistas seculares e comunistas disputaram os votos dos muçulmanos “estatísticos”, enquanto o eleitorado muçulmano propriamente dito se dividia entre tradicionalistas e progressistas.

O gabinete saído dessas eleições só podia ser instável, frágil, incapaz de conter a propagação do caudilhismo das ilhas periféricas, que assumia cada vez mais feições etnolinguísticas locais. Nos bastidores, a CIA, alarmada pela surpreendente força eleitoral dos comunistas e pela retórica anti-imperialista do presidente Sukarno, apostava numa grande rebelião capaz de derubá-lo e instalar um regime de direita apoiado pelas forças armadas. Em março de 1957, a lei marcial foi decretada no país. No outono, as negociações entre o centro e a oposição das ilhas periféricas foram interrompidas.

Ao mesmo tempo, Sukarno, exasperado pela obstinação dos holandeses em conservar a Nova Guiné Ocidental a todo custo (com apoio dos Estados Unidos), decretou a nacionalização das empresas holandesas e a expulsão de quase todos os cidadãos holandeses do país. O Alto-Comando, usando os poderes excepcionais facultados pela lei marcial, assumiu o controle do colosso econômico holandês – indústrias, bancos, firmas de importação e exportação, minas, empresas de transporte marítimo e fazendas –, ao mesmo tempo em que neutralizava as respectivas organizações sindicais, dominadas pelos comunistas. De um só golpe, as forças armadas se apossaram de quase todo o setor “avançado” da economia, utilizando esses recursos para vencer a guerra civil deflagrada no início de 1958, apesar da vultosa ajuda da CIA aos rebeldes. Muitas dessas empresas foram retalhadas, mal administradas ou mesmo sucateadas, o que contribuiu grandemente para a crise econômica que inviabilizou a “Democracia Guiada” de Sukarno.

Como observamos anteriormente, Suharto dispunha de muito mais recursos para distribuir que seu predecessor; já as forças armadas usaram seu formidável poder político para construir um carcomido império econômico independente do orçamento nacional, muitas vezes com a colaboração de magnatas chineses da roda de apadrinhados. Esse império carecia porém de centralização administrativa eficaz, uma vez que as forças armadas eram estruturadas em bases territoriais – a menor subdivisão administrativa correspondia à aldeia –

e cada instância predatória criava sua fonte de renda paralela. Assim, muitas empresas privadas de porte relativamente grande foram obrigadas a contratar “unidades de segurança”, as quais, a pretexto de reprimir supostas agitações operárias, na verdade extorquiam sistematicamente seus dirigentes.

Mas isso não foi tudo, em absoluto. Nas duas primeiras décadas do regime, oficiais das forças armadas foram colocados como “paraquedistas” em todos os ministérios e organismos paraestatais, e a maioria dos cargos importantes do serviço público foi distribuída entre generais e coronéis. As forças armadas tinham no Parlamento numerosa bancada escolhida por Suharto e controlavam a máquina eleitoral governista, a chamada Golkar, que jamais teve dificuldades para vencer qualquer eleição. O mais grave de tudo, talvez, era que a oficialidade se achava fundamentalmente acima da lei. Nenhum oficial superior jamais foi julgado por corrupção ou abuso de poder, para não falar de homicídio.

Contudo, em meados dos anos 1980, os últimos veteranos da revolução passaram para a reserva, sendo substituídos por aspirantes a oficial formados pela Academia Militar. Estes, embora perfeitamente sintonizados com o regime, jamais chegaram a protagonizar um momento de “glória”, assim como nenhum dos generais da nova geração se tornou conhecido e respeitado publicamente por seus feitos. Após a queda de Suharto e o decreto de Habibie abolindo a rigorosa censura do antigo regime, a imprensa começou a publicar histórias escabrosas de arbitrariedades e violências cometidas por militares.

O movimento popular contra a ditadura foi, por alguns momentos, suficientemente vigoroso para remover a bancada militar do Parlamento e devolver amplos setores do serviço público ao controle da sociedade civil.<sup>15</sup> Mas outros legados do regime permanecem. A maioria da oficialidade ainda continua a atropelar a lei, a organização territorial das forças armadas não foi mexida e, para compensar as enormes perdas sofridas com a crise financeira de 1997, os soldados se agarram com mais tenacidade ainda a suas atividades extraorçamentárias. Por outro lado, o acentuado desprestígio das forças armadas e a medíocre qualidade de suas lideranças parecem descartar a possibilidade de um retrocesso ao regime militar no futuro próximo.

15. Essa conquista se deveu também ao apoio dos partidos políticos, que ansiavam por ocupar as cadeiras vazias deixadas pelos militares no Parlamento.

### AMNÉSIA NACIONAL

Como o legado cultural do período Suharto constitui um tema complexo e abrangente, talvez seja mais prático focarmos dois importantes exemplos de políticas culturais promovidas pelo regime. A primeira e mais importante foi a introdução de um novo sistema ortográfico da língua indonésia, que entrou em vigor em 1972-73. Essa reforma foi justificada oficialmente como necessária para a abertura de um mercado comum com a Malásia na área editorial. Sua motivação mais profunda, porém, foi estabelecer nítida separação entre o que se escrevia durante a ditadura e tudo o que se escreveu antes dela. Bastava ler o título de um livro, ou de um panfleto, para identificar no ato um esplêndido produto dos tempos modernos ou um derrisório subproduto do sukarnoísmo, do constitucionalismo, da revolução ou do período colonial. Qualquer interesse por publicações impressas no antigo sistema se tornava automaticamente suspeito. A mudança foi suficientemente profunda para que a juventude se deixasse convencer de que as “velhas” publicações eram de difícil decifração, portanto, algo com que não valia a pena se ocupar.<sup>16</sup>

16. A partir do final do século 19, o regime colonial tentou, com resultados desiguais, criar uma ortografia padronizada para o malaio-indonésio baseada nas normas ortográficas holandesas. O governo revolucionário adotou uma forma simplificada desse sistema, substituindo, de modo coerente, o peculiar “oe” holandês por “u”. Um simples exemplo mostrará o que a Nova Ortografia Aperfeiçoada de Suharto conseguiu: “Procuo um paletó especial”, que se escrevia antigamente *saja tjari djas khusus*, passou a se escrever *saya cari jas khusus*.

O resultado prático dessa política foi uma espécie de obliteração histórica, de forma que as gerações mais jovens passaram a tomar conhecimento da história de seu país sobretudo por meio das publicações do próprio regime, especialmente em livros didáticos. Nem é preciso dizer que as décadas de luta contra o colonialismo holandês foram quase inteiramente omitidas. A revolução foi rebatizada de “Guerra da Independência”, na qual somente os soldados tiveram papel relevante. O período pós-revolucionário de democracia constitucional foi sumariamente excluído como invenção dos políticos, uma imitação servil de costumes ocidentais e não indonésios. Havia nisso tudo um lado cômico. Por exemplo, o temerário e malogrado levante comunista de 1926-27 contra o regime colonialista holandês era caracterizado como a primeira de uma longa série de traiçoeiras conspirações comunistas, culminando no golpe de 1.º de outubro de 1965.

Na década posterior à queda de Suharto, houve alguns esforços para reformular os livros didáticos, mas em geral prevalece a inércia. Muitos livros censurados foram republicados (paradoxalmente, na nova ortografia), mas seu

mercado se limita a estudantes e intelectuais. A ignorância geral do passado talvez seja maior do que em qualquer outro período do século 20.

O segundo exemplo diz respeito à minoria chinesa radicada na Indonésia. Logo após o 1.º de outubro, os órgãos de informação a serviço do regime alegaram que os mentores do fracassado “golpe comunista” tinham recebido um volumoso carregamento de armas clandestino da China Popular e que o secretário-geral do partido, D.N. Aidit, conspirara a mando de Pequim. Seguiu-se a depredação da embaixada chinesa em Jacarta e o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países até 1990. Sob Sukarno, a única organização política representativa dos interesses da minoria chinesa, a chamada Baperki, tinha apoiado firmemente o presidente, que mantinha excelentes relações com Pequim. Essa organização também fizera alianças com o Partido Comunista e com os nacionalistas seculares da esquerda. Após o golpe, ela foi dissolvida, muitos de seus líderes foram presos e grande número de cidadãos chineses, assassinados.

Suharto levou adiante essas medidas, ordenando o fechamento das escolas chinesas, proibindo o uso da caligrafia chinesa e decretando a substituição quase compulsória dos nomes próprios chineses por apelativos mais conformes com a sonoridade da língua indonésia. A justificativa lógica de todas essas medidas era obviamente propiciar a assimilação dos chineses à sociedade indonésia e estender-lhes os direitos de cidadania. Na realidade, porém, eles foram quase completamente excluídos da vida pública. Nas universidades, no serviço público e nas forças armadas imperava uma feroz e sistemática discriminação. Durante os 32 anos de ditadura, apenas um cidadão chinês chegou a ministro de gabinete: nomeado quando faltavam somente dois meses para a queda do ditador, era um dos notórios apadrinhados de sua camarilha.

Na área econômico-financeira, por outro lado, Suharto se cercou de um pequeno grupo de magnatas chineses que, além de atuarem como pagadores de propinas a seu serviço, construíram vastos e prósperos impérios de negócios (alguns, pressentindo a mudança no ar, começaram a transferir seus patrimônios para Singapura, Hong Kong, Austrália e outros países, muitos anos antes do Craque de 1997). Essa política condizia com a cartilha do ditador, que respeitava a sagacidade chinesa e sabia que as fortunas chinesas não podiam ser convertidas em capital político ameaçador. Já os “nacionais” indonésios eram outra história.

Fora da roda de apadrinhados, os chineses, impedidos de exercer quaisquer atividades que não a prática privada da medicina e da advocacia, investiram suas energias no comércio e engrossaram as fileiras de uma incipiente classe média. Tamaña foi sua dedicação, que o velho estigma de “animais econômicos” aplicado a seu propósito foi parcialmente internalizado. Houve, porém, algumas exceções notáveis: Soe Hok Gie, ativista

estudantil contrário ao Partido Comunista e ao governo populista e autoritário de Sukarno, foi a única voz a denunciar publicamente os massacres de 1965-66, no fim dos anos 1960; o advogado protestante Yap Thiam Hien se notabilizou por sua bravura na defesa dos direitos humanos e se tornou um ícone nacional. Dede Oetomo, de volta ao país após concluir seus estudos superiores nos Estados Unidos, ousou declarar publicamente sua condição de *gay* e vem trabalhando incansavelmente há duas décadas para ajudar as vítimas de aids e defender os direitos dos homossexuais e transexuais. O dramaturgo Riantiarno escreveu e encenou peças e espetáculos musicais com conotações políticas, logo retirados de cartaz pela censura. Contudo, as políticas de Suharto tornaram os chineses mais vulneráveis do que nunca à inveja e ao rancor populares, e a queda do ditador foi marcada por violentas manifestações contra a minoria chinesa em Jacarta e Surakarta.

E depois de Suharto? Politicamente, os chineses não contam com nenhuma entidade representativa de seus interesses, embora financeiramente sejam imprescindíveis para todos os grandes partidos da atualidade. Apenas dois chineses, até onde sei, chegaram a ministro de gabinete. O mais importante, Kwik Kian Gie, foi logo marginalizado por sua honestidade pessoal e por seus ataques frontais à corrupção, em geral, e às atividades dos contumazes apadrinhados chineses, em particular. A discriminação é comum. A juventude chinesa conhece ainda menos a história indonésia que sua contraparte “nativa”, e isso vale também para a história dos chineses na Indonésia. Muitos pais, traumatizados por suas experiências durante a ditadura, procuram dar aos filhos uma educação no exterior, alimentando o sonho de seguir seu caminho e imigrar de vez. Um avanço notável, no entanto, foi o fato de não se ter registrado nenhuma manifestação importante contra os chineses nos últimos dez anos, embora ocorressem muitos incidentes violentos provocados por conflitos étnicos e religiosos. A irônica explicação disso, a meu ver, é que a minoria chinesa, que talvez não chegue a 1% da população e se encontra espalhada por todo o arquipélago, é demasiado inexpressiva para realmente contar na arena maior da política eleitoral, onde esses conflitos exponenciais se desenrolam; sob Suharto, com seu rígido controle da esfera pública, os chineses eram considerados o bode expiatório menos perigoso para a descarga da revolta e do ressentimento sociais.

#### FILHOS DE 1965

O Partido Comunista, como observamos, foi aniquilado – física, política e moralmente. Entre os sobreviventes mais idosos de longos anos de cárcere, não existe consenso sobre o que realmente aconteceu em 1965, nem aliás sobre os supostos responsáveis. Ninguém, nem mesmo no exterior, se dispôs a escrever um relato consistente da história do partido após o golpe de 1965. Os antigos membros das organizações então controladas pelos comunistas

são, ainda hoje, obrigados a conduzir papéis de identificação atestando esse estigma. A maioria é muito pobre e foi privada de todos os seus bens após 1965. Eles são impedidos de exercer muitas ocupações importantes, de prestar concursos para instituições educacionais e o serviço público, e de concorrer para o Parlamento.

Até o último dia do regime, as forças armadas e os serviços de informação continuaram a advertir, em tom ameaçador, para o perigo de um “Partido Comunista latente” – ou, em termos mais idiossincráticos, de uma “organização sem organização”. Ignorando até hoje, ao que parece, o colapso da União Soviética e dos regimes comunistas do leste europeu, bem como o sucesso triunfante dos “abre-alas do capitalismo” na China, generais de direita e organizações muçulmanas “progressistas” continuam a alertar, em linguagem bombástica, para o perigo da conspiração comunista. Quando acabará esse interminável *Hetze*<sup>17</sup> ninguém sabe.

17. Em alemão, “campanha difamatória”.  
[N. do T.]

Assim mesmo, têm ocorrido alguns avanços interessantes. Durante seu curto mandato como presidente, no início de nosso século, Abdurrahman Wahid, o independente e carismático líder dos muçulmanos “tradicionalistas”, defendeu com veemência a reconciliação à *la* Mandela e o fim da discriminação. Wahid chegou a solicitar ao Parlamento a revogação da lei que proíbe o marxismo e a literatura marxista. Seus muitos inimigos trataram de obstruir sua proposição, mas a proibição já não é cumprida com rigor. Hoje, é possível encontrar nas livrarias muitas publicações sobre o marxismo, algumas de autoria de comunistas já falecidos, como D.N. Aidit, sumariamente executado em 1965. A queda de Suharto abriu caminho para que muitas publicações sustentassem – à base tanto de provas como de boatos e indícios místicos – que o verdadeiro mentor do golpe de 1.º de outubro de 1965 não foi outro senão o próprio Suharto. Esse tipo de dado circula livremente.

A tendência mais surpreendente se manifestou num meio inesperado, o dos jovens intelectuais e ativistas sociais do “Islã tradicional”, os quais, sob muitos aspectos, têm-se mostrado muito mais progressistas do que os chamados “progressistas”. Seguindo uma sugestão de Wahid, eles se dispuseram a visitar e prestar assistência às famílias empobrecidas de velhos comunistas, mesmo nas zonas rurais mais remotas. Para eles, esse trabalho é uma espécie de reparação pelas barbaridades que seus pais cometeram nos massacres de 1965. Não faz

18. Um cálculo semelhante talvez esteja por trás de seu espetacular decreto (quando ainda presidente) transformando as festividades do Ano-Novo Chinês, conhecido localmente como Imlek, em feriado nacional. Durante quase toda a ditadura, a celebração pública do Imlek foi proibida. O extraordinário sucesso desse decreto, não somente entre chineses mas também entre jovens indonésios não-chineses, talvez tenha surpreendido a Wahid. Não há dúvida de que a influência dos filmes de Hong Kong, Taiwan e, mais recentemente, da China Popular, bem como a publicidade, as novelas de televisão e os relatos de viagem desempenharam importante papel em tudo isso. O que nos anos 1950 era tido como a expressão cultural de uma minoria tantas vezes antipatizada, agora é visto como parte de uma cultura geral do espetáculo e do turismo. Antigamente, os chineses ricos costumavam contratar meninos pobres, não-chineses, para dançar a famosa dança do leão. Essa prática foi revivida, embora num espírito festivo de Terça-Feira Gorda.

muito, um encontro amistoso entre mulheres muçulmanas tradicionalistas e mulheres comunistas sobreviventes foi promovido na velha capital republicana de Jogjakarta. As muçulmanas ouviam compreensivamente as comunistas contar as provações por que passaram a partir de 1965. A reunião corria tranquilamente, até que uma das vítimas começou a descrever com detalhes como e onde havia sido violada e torturada. Então, uma jovem muçulmana se levantou, balbuciou algumas palavras ininteligíveis, assumiu uma expressão de mortificação e desmaiou. Soube-se mais tarde que, a partir do relato, ela fora capaz de identificar o estuprador: o próprio pai.

É possível e até provável que Wahid, político astuto, tomasse essas iniciativas com a finalidade de ganhar os votos das famílias de ex-comunistas.<sup>18</sup> Ele sabia que os muçulmanos progressistas, bem como os resquícios da máquina eleitoral de Suharto, não tinham nenhum interesse – para dizer o mínimo – nessa fatia do eleitorado. Previra também que o partido nacionalista secular, supondo que as vítimas se resignavam a sua sorte, não lhes faria qualquer aceno ou concessão. A líder do partido, Megawati (ou Miniwati, como querem os gaiatos), filha de Sukarno, repudiou o legado ideológico do pai e escancarou sua face retrógrada e pequeno-burguesa. Tudo isso indica que não existe nenhum partido político importante que represente sequer remotamente a esquerda. É pouco provável que essa situação seja revertida no curto prazo, sobretudo em face da atual conjuntura internacional.

As antigas bases sociais do Partido Comunista sofreram profundas transformações nos últimos 40 anos. A mão-de-obra industrial – por razões bastante conhecidas – se tornou maciçamente feminina e os contratos de trabalho têm por base o curto prazo. A capacidade de organização do operariado é bastante limitada e o tradicional divisor social definido por linhas semirreligiosas é dominante. A mentalidade corporativa ainda prevalece no serviço público. Talvez seja sugestivo o fato de ter sido uma mulher – uma corajosa sindicalista de Java Oriental estuprada e assassinada pelos militares por manifestar, sem papas na língua, sua insistente oposição aos patrões e suas “unidades de segurança” – o único herói moderno da classe operária indonésia. Os camponeses não saíram do lugar, mas a pressão demográfica, a grilagem de terras e o poder de sedução dos meios de comunicação levaram um expressivo contingente de trabalhadores,

sobretudo os mais jovens e ativos, a migrar para as cidades. As organizações camponesas são pequenas e fracas. No final do regime e nos anos imediatamente posteriores à queda de Suharto, surgiram muitas ONGs, entusiastas e idealistas – toleradas, até certo ponto, pelas autoridades em razão de sua escala diminuta. Contudo, o ressurgimento dos partidos e uma série de eleições livres realizadas a partir de 1999 atraíram muitos de seus quadros para a política partidária convencional. Outras ONGs são demasiado dependentes de “patrocinadores” do norte, ignorantes e sujeitas aos caprichos da moda, para desenvolverem um trabalho realmente criativo.

#### QUIETUDE?

É significativo que a Indonésia tenha sido citada várias vezes em 2007 como a sociedade mais democrática e aberta do Sudeste Asiático. É verdade que a competição não foi das mais disputadas: a Tailândia sob governo militar; intermináveis regimes autoritários em Mianmar, Laos, Malásia, Vietnã e Singapura; e o corrupto e violento regime de Gloria Arroyo-Macapagal nas Filipinas. Com a melancólica ajuda do *tsunami*, a paz chegou a Aceh, hoje governada por um pacato e lúcido ex-rebelde. Talvez esgotada pela carnificina dos anos precedentes, as ilhas Molucas estão razoavelmente tranquilas. Os habitantes de Papua receberam algumas concessões. A importante lei descentralizadora, aprovada pelo Parlamento no auge da onda “reformista”, transferiu parte do poder decisório e das verbas para as elites regionais, apelidadas pelos cínicos de “minissuhartos”. O radicalismo islâmico é uma força esgotada. A imprensa é razoavelmente livre, embora, no geral, conservadora.

Mas houve outro fenômeno que precisa ser assinalado. O sistema educacional da Indonésia está hoje num atoleiro sem saída. Até o início dos anos 1960, digamos, os professores primários e secundários, mesmo pessimamente remunerados, eram figuras locais respeitadas, em parte pelo papel dinâmico que desempenharam na erradicação do analfabetismo, em parte por sua contribuição ao movimento nacionalista da era colonial. O termo coloquial para “professor”, guru, ainda possuía uma venerável aura de respeitabilidade. A categoria profissional mais duramente atingida pelos massacres de 1965-66, em termos proporcionais, foi exatamente a dos professores primários e secundários. Seus substitutos de ocasião eram uma massa de funcionários públicos desqualificados e desinteressados que ambicionavam um cargo público a qualquer preço e eram, é claro, totalmente leais ao regime que os contratou. Foi essa falange que introduziu o mal endêmico da corrupção, bem ao estilo do funcionalismo público, nas escolas – subornos, propinas, maquiagem de orçamentos etc.

Essa geração finalmente se aposentou, mas ela foi responsável pelo recrutamento de seus substitutos (costumo perguntar aos jovens indonésios qual professor de segundo grau eles recordam com mais carinho

ou admiração. A reação típica é de incredulidade diante de minha ingenuidade). Suharto não tinha tempo para os estudantes, mas incentivou a criação de centenas de fábricas de diplomas para absorver o desemprego. Já vai longe o tempo, mesmo nas melhores universidades, em que a falta de assiduidade dos professores era notada: bicos, especulação imobiliária, projetos de pesquisa inócuos financiados pelo Estado são os habituais engodos. Não há indicador mais expressivo do legado educacional de Suharto do que o fato de a elite política mandar seus filhos, mesmo os mais estúpidos e antissociais, para serem domesticados e tutelados no exterior. Isso não significa que o país careça de jovens cabeças brilhantes, mas muitas delas são parcialmente autodidatas, mais dependentes umas das outras e da Internet do que de seus professores.

Um dos bons e mais acerbos ditos de Winston Churchill foi: “Enquanto houver morte, haverá esperança”. Cada ano que passa, o número de jovens que mal se lembra, se é que se lembra, do que foi a *Neues Ordnung* de Suharto cresce em ritmo acelerado. É justo, pois, que meio século mais tarde Pramoedya Ananta Toer tenha encontrado um sucessor a sua altura. Eka Kurniawan, jovem escritor de Sunda, publicou dois romances extraordinários na última meia década.<sup>19</sup> A julgar por seus enredos e personagens como que saídos de um pesadelo, diríamos que já não existe esperança. Mas a beleza e a elegância de sua depurada linguagem, bem como a exuberância de sua imaginação, nos proporcionam o mesmo contentamento que encontramos ao contemplar as primeiras flores de galanto rompendo a crosta de neve para projetar suas campânulas rumo ao céu invernal.

19. Eka, grande admirador de Pramoedya, publicou nessa época uma primorosa tese acadêmica sobre a complexa relação deste autor com o “realismo socialista”. Os dois romances mencionados são *Cantik Itu Luka* [“Belo”, uma ferida] (2002), e *Lelaki Harimau* [Homem tigre] (2004). O primeiro, um tanto pesado, é uma longa e surreal reconstituição da história indonésia do último século, ambientada numa espécie de Macondo perdida num ponto qualquer da costa meridional de Java. O segundo é uma brilhante e bem urdida tragédia ambientada numa aldeia também situada naquela costa estéril. Soube que ambos os livros estão sendo traduzidos para outras línguas.

**BENEDICT ANDERSON** nasceu na China, de pais britânicos. Estudou nos EUA e na Inglaterra. É professor de estudos internacionais da Universidade de Cornell e autor de um livro fundamental sobre a formação da ideia de nacionalidade, *Comunidades imaginadas*, relançado no Brasil em 2008 pela Companhia das Letras. A editora também vai publicar *Under Three Flags: Anarchism and Anti-Colonial Imagination* [Sob três bandeiras: o anarquismo e a imaginação anticolonial]. Ele é irmão do historiador Perry Anderson, editor da *New Left Review*, de onde saiu este texto.

TRADUÇÃO DE HUGO MADER